



SENADO FEDERAL

EMENDA

Nº 3 - PLEN

(À PEC nº 43, de 2013)

Art. 1º Dê-se à ementa da Proposta de Emenda à Constituição nº 43, de 2013, a seguinte redação:

“Dá nova redação aos incisos ao § 2º do art. 55 e ao § 4º do art. 66 da Constituição Federal, abolindo a votação secreta nos processos de cassação de mandato parlamentar e de apreciação de vetos no âmbito do Poder Legislativo.”

Art. 2º Suprimam-se as alterações propostas pelo art. 1º da PEC nº 43, de 2013, aos arts. 47, §§ 1º e 2º; e art. 52, inc. III, IV, XI; da Constituição Federal.

JUSTIFICAÇÃO

A PEC nº 43, de 2013, que tem o nobre deputado Fleury como primeiro signatário, objetiva alterar a Constituição Federal para estender o voto aberto a todas as deliberações do Congresso Nacional e de suas Casas legislativas, tornando, ainda, expressamente proibido o voto secreto, inclusive nas Assembleias legislativas e Câmaras municipais e distrital.

A proposta é antiga, apresentada em 2001. O resgate do seu processo legislativo foi recentemente impulsionado em virtude da enorme repercussão negativa da decisão da Câmara dos Deputados pela manutenção do mandato de determinado parlamentar condenado à prisão em regime fechado,

criando, no imaginário popular, a figura do “presidiário com mandato”. Como resposta a um erro cometido, a Câmara aprovou essa PEC tal como apresentada.

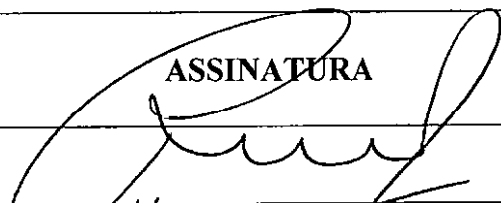
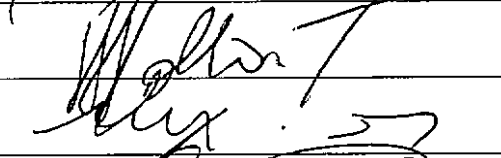
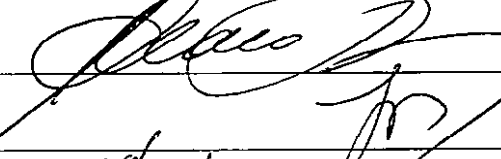
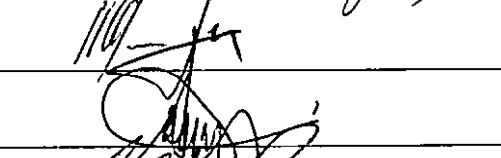
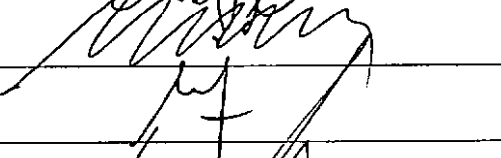
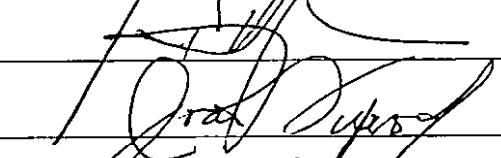
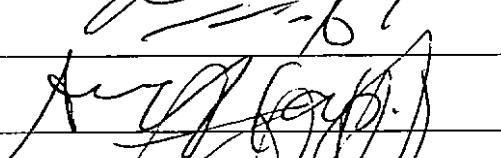
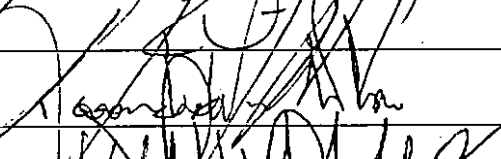

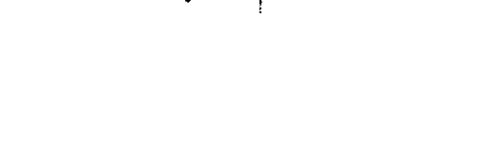



Trata-se, porém, de proposta excessiva. O voto secreto é plenamente compatível com o regime democrático e republicano. Esse instituto preserva a independência do mandatário popular em deliberações sensíveis, o que vai ao encontro da própria independência do voto parlamentar. É, em última análise, uma proteção da própria sociedade, que ali se faz representada.


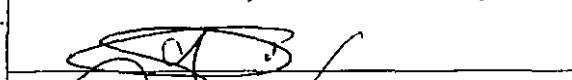





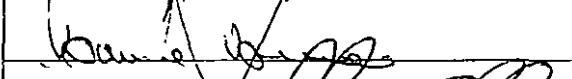

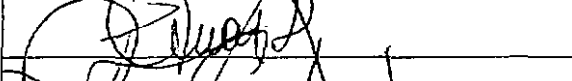

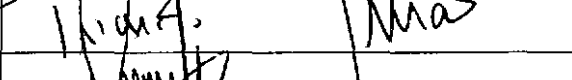
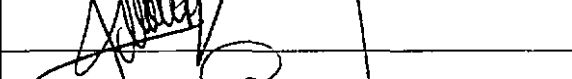


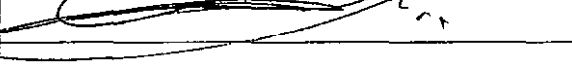
Reconhecemos, no entanto, que o voto secreto em deliberações como a de cassação de mandatos parlamentares e no processo de apreciação de vetos merece mudanças. Nessas hipóteses, a manifestação do parlamentar deve ser ostensiva, para que a própria sociedade tenha condições de exercer a fiscalização democrática sobre a atuação de seu representante.

Demais disso, discordamos das alterações propostas ao art. 52 da Constituição Federal, que versa sobre atribuições privativas do Senado Federal. Esta Casa tem o dever republicano de zelar pela preservação de suas atribuições fixadas pelo constituinte originário.

Dessa forma, por entendermos que o voto secreto deve ser mantido em determinadas manifestações parlamentares como forma de resguardar a independência do Poder Legislativo, propomos a presente Emenda à PEC 43, de 2013, na expectativa de que essa discussão não seja conduzida de forma açodada e irresponsável.

Sala das Sessões, em de setembro de 2013.

| | ASSINATURA | PARLAMENTAR |
|-----|---|-----------------|
| 1. |  | ROMERO JUN |
| 2. |  | OSIRIO COIMBRA |
| 3. |  | MARIA DO CARMO |
| 4. |  | ALVARO DIAS |
| 5. |  | DANILO |
| 6. |  | LYNN MIRANDA |
| 7. |  | WILMAR MOREIRA |
| 8. |  | MARCIO OLIVEIRA |
| 9. |  | GIL |
| 10. |  | JOSÉ ABRILINO |
| 11. |  | JOÃO DURVAL |
| 12. |  | COÊBO |
| 13. |  | ARAFON NUNES |
| 14. | | RUYTON TRICUNZO |
| 15. | | FLEXO RIBEIRO |
| 16. | | JAIRO VISCONDE |
| 17. | | VITAL DO REGO |

| | | |
|-----|---|--------------------|
| 18. |  | WIZ HUMPER |
| 19. |  | Castelo Branco |
| 20. |  | Zeze Penner |
| 21. |  | Elo Vieira |
| 22. |  | EDUARDO BRAGA. |
| 23. |  | Zeze Penner |
| 24. |  | VALDIR RAUPP |
| 25. |  | José Maria |
| 26. |  | CSCETRO LUCENA |
| 27. |  | EDUARDO AMORIM |
| 28. |  | ROSSIO C. LIMA |
| 29. |  | RICARDO MAD |
| 30. |  | ALDIR GURGAS |
| 31. |  | Ana Amélia (PP/RS) |
| 32. |  | PAULO BAUER |
| 33. |  | MOZARILDO |
| 34. | | |
| 35. | | |

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)

Publicado no DSF, de 3/10/2013

Secretaria de Editoração e Publicações - Brasília-DF
OS:15840/2013